



Demonstrações contábeis

2021

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	05
Balanço patrimonial.....	08
Demonstração do resultado.....	09
Demonstração do resultado abrangente.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Demonstração do valor adicionado.....	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.....	14
Diretoria Executiva e Contadora responsável.....	66
Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.....	67
Parecer do Conselho de Administração.....	68
Parecer do Conselho Fiscal.....	69

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

**COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	
1. Contexto operacional	12
2. Impactos causados no exercício de 2021 pela pandemia da COVID-19	14
3. Denúncia criminal contra administradores	15
4. Apresentação das demonstrações contábeis	16
5. Principais práticas contábeis	19
6. Caixa e equivalentes de caixa	24
7. Clientes e outros recebíveis	25
8. Impostos e encargos a recuperar / compensar	26
9. Outros créditos	27
10. Estoques	28
11. Depósitos judiciais e recursais	30
12. Convênios operacionais	31
13. Investimento	32
14. Imobilizado líquido	33
15. Intangível	37
16. Fornecedores	38
17. Operações de Arrendamentos	38
18. Programa de participação nos resultados – PPR	40
19. Parcelamentos/Acordos	40
20. Contas a pagar	40
21. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	41
22. Receitas diferidas	42
23. Provisões para benefícios a empregados pós emprego	43
24. Capital social	50
25. Adiantamentos para aumento de capital	50
26. Receita líquida	51
27. Custos dos serviços prestados	52
28. Despesas administrativas	52
29. Despesas por natureza	53
30. Outras receitas (despesas) líquidas	54
31. Receitas (despesas) financeiras	54
32. Imposto de renda e contribuição social diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social	55
33. Partes relacionadas	57
34. Gerenciamentos de riscos	59
35. Instrumentos financeiros	61
36. Eventos subsequentes	63

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM** (“CPTM” ou a “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 73 trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.985.849.000, líquido da depreciação acumulada de R\$ 197.825.000 (2020 - 72 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.993.943.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 142.269.000). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo, no patrimônio líquido, na conta de capital social estão subavaliados em R\$ 1.985.849.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 197.825.000 e o resultado do período subavaliado em R\$ 55.556.000 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 1.993.943.000 e R\$ 142.269.000, respectivamente).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório com ressalvas em 11 de março de 2021 sobre os trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), em uso e não registrados no ativo imobilizado.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:
Mauro Akio Sakano
DCA295EE54B4474...
Mauro Akio Sakano
Contador CRC 1SP143589/O-9

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	104.039	47.046
Clientes e outros recebíveis	7	7.579	9.508
Impostos e encargos a recuperar / compensar	8	1.499	5.086
Adiantamentos de salários e congêneres		7.859	7.852
Adiantamentos para despesas da empresa		658	932
Outros créditos	9	3.669	5.263
Estoques	10	169.886	202.047
Despesas de exercícios seguintes		415	306
Total do ativo circulante		295.604	278.040
Não circulante			
Realizável a longo prazo		232.338	277.142
Clientes e outros recebíveis	7	35.513	26.888
Depósitos judiciais e recursais	11	183.513	237.491
Outros créditos	9	777	228
Convênios operacionais	12	12.535	12.535
Investimento	13	193	149
Imobilizado líquido	14	11.383.872	11.281.419
Intangível líquido	15	15.773	12.835
Total do ativo não circulante		11.632.176	11.571.545
Total do ativo		11.927.780	11.849.585

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	16	338.846	338.565
Garantias contratuais		1.390	1.226
Operações de arrendamentos	17	75.005	83.267
Remunerações, encargos e benefícios a pagar		18.917	24.976
Programa de participação nos resultados - PPR	18	20.016	17
Férias		70.116	80.585
Impostos, taxas e contribuições a recolher		27.758	28.795
Parcelamentos / Acordos	19	23.911	25.004
Contas a pagar	20	85.974	75.779
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	21	137.917	162.080
Receitas diferidas	22	32.732	31.448
Total do passivo circulante		832.582	851.742
Não circulante			
Garantias contratuais		244	736
Operações de arrendamentos	17	523.944	572.583
Programa de participação nos resultados - PPR	18	-	37.192
Contas a pagar	20	935	774
Convênios operacionais	12	15.851	15.851
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	21	170.349	247.439
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	23	639.755	656.095
Receitas diferidas	22	103.301	115.247
Total do passivo não circulante		1.454.379	1.645.917
Patrimônio líquido			
Capital social	24	17.529.178	17.529.178
Reservas de reavaliação		392.548	401.467
Ajustes de avaliação patrimonial		169.170	97.309
Prejuízos acumulados		(9.402.035)	(8.941.571)
		8.688.861	9.086.383
Adiantamentos para aumento de capital	25	951.958	265.543
Total do patrimônio líquido		9.640.819	9.351.926
Total do passivo e patrimônio líquido		11.927.780	11.849.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	26	2.768.801	2.131.795
Custo dos serviços prestados	27	<u>(2.486.089)</u>	<u>(2.347.463)</u>
Lucro bruto		282.712	(215.668)
Despesas administrativas	28	(424.610)	(486.899)
Outras receitas (Despesas) líquidas	30	<u>(188.456)</u>	<u>(106.964)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(330.354)	(809.531)
Receitas financeiras	31	35.271	27.241
Despesas financeiras	31	<u>(174.300)</u>	<u>(181.693)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(469.383)	(963.983)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	32	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(469.383)</u>	<u>(963.983)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado líquido do exercício		(469.383)	(963.983)
Remensurações de benefícios a empregados pós emprego	22	<u>71.861</u>	<u>190</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(397.522)</u>	<u>(963.793)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de reavaliação</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Adiantamentos para aumento de capital</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.598.384	419.385	97.119	(7.995.506)	9.119.382	665.968	9.785.350
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(963.983)	(963.983)		(963.983)
Ajustes de avaliação patrimonial							
Remensurações de benefício pós emprego			190		190		190
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	190	(963.983)	(963.793)	-	(963.793)
Reservas de reavaliação							
Realização da reserva		(17.918)		17.918	-		-
Recursos para aumento de capital							
Recursos para aumento de capital no período					-	530.369	530.369
Capitalização de recursos antecipados - Acionista controlador	930.794				930.794	(930.794)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.529.178	401.467	97.309	(8.941.571)	9.086.383	265.543	9.351.926
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(469.383)	(469.383)		(469.383)
Ajustes de avaliação patrimonial							
Remensurações de benefício pós emprego			71.861		71.861		71.861
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	71.861	(469.383)	(397.522)	-	(397.522)
Reservas de reavaliação							
Realização da reserva		(8.919)		8.919	-		-
Recursos para aumento de capital							
Recursos para aumento de capital no período					-	686.415	686.415
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.529.178	392.548	169.170	(9.402.035)	8.688.861	951.958	9.640.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(469.383)	(963.983)
Depreciação / amortização	315.065	305.395
Estimativa para perdas esperadas - Clientes e outros recebíveis	8.305	4.256
Redução ao valor recuperável - Impostos	237	(14)
Estimativa para perdas esperadas - Outros créditos	1.282	(93)
Estimativa para redução ao valor recuperável - estoques	(1.116)	(2.929)
Juros e atualização monetária s/ arrendamentos	106.016	100.746
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(101.253)	(38.547)
Provisões para benefícios a empregados pós emprego /		
Ajustes de avaliação patrimonial	55.521	75.242
Baixa do ativo imobilizado / intangível	343	9.439
Prejuízo ajustado	(84.983)	(510.488)
(Acréscimo) / Decréscimo do ativo circulante e não circulante		
Clientes e outros recebíveis	(15.001)	(12.000)
Impostos e encargos a recuperar/compensar	3.350	1.258
Adiantamentos de salários e congêneres	(7)	336
Adiantamentos para despesas da empresa	274	(315)
Outros créditos	(237)	7.623
Estoques	33.277	(42.571)
Depósitos judiciais e recursais	53.978	66.775
Despesas de exercícios seguintes	(109)	-
Acréscimo / (Decréscimo) do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	281	111.290
Garantias contratuais	(328)	(16)
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	(6.059)	336
Programa de Participação nos Resultados - PPR	(17.193)	(7.986)
Férias	(10.468)	(4.421)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(1.037)	2.085
Parcelamentos / Acordos	(1.094)	(18.202)
Contas a pagar	10.356	2.021
Receitas diferidas	(10.662)	139.059
Caixa líquido nas atividades operacionais	(45.662)	(265.216)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Compra de imobilizado / intangível	(420.843)	(327.683)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(420.843)	(327.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização líquida de capital social	-	930.794
Adiantamentos para aumento de capital	686.415	(400.425)
Pagamentos por arrendamentos	(162.917)	(130.871)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	523.498	399.498
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	56.993	(193.401)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	47.046	240.447
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	104.039	47.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	2.807.898	2.163.606
Receitas dos transportes ferroviários	1.357.989	1.162.010
Subvenção recebida para operação	1.200.121	782.804
Gratuidades - ressarcimentos	109.532	136.485
Outras receitas	150.080	86.456
Estimativa para perdas esperadas - ativos financeiros e estoques	(9.824)	(4.149)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.646.226)	(1.583.806)
Custo dos serviços prestados	(1.261.334)	(1.199.524)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(384.892)	(384.282)
Valor adicionado bruto	1.161.672	579.800
Depreciação/amortização	(315.065)	(305.395)
Valor adicionado produzido pela entidade	846.607	274.405
Valor adicionado recebido em transferência	35.271	27.241
Receitas financeiras	35.271	27.241
Valor adicionado total a distribuir	881.878	301.646
Pessoal	1.067.285	976.739
Remuneração direta	799.443	740.340
Benefícios	180.810	183.141
FGTS	87.032	53.258
Impostos, taxas e contribuições	101.545	96.459
Federais	97.065	94.248
Estaduais	4.330	1.805
Municipais	150	406
Remuneração de capitais de terceiros	182.431	192.431
Juros	174.263	181.692
Aluguéis	8.168	10.739
Prejuízo do exercício	(469.383)	(963.983)
Valor adicionado distribuído	881.878	301.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Contexto operacional

Aspectos gerais

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM (“Companhia” ou “CPTM”) é uma empresa pública, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é formada por ações, de capital fechado, e tem como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,99904% das ações ordinárias.

A Companhia tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

No final do exercício de 2021, a Companhia operava com 07 (sete) linhas férreas: Linha 7 - Rubi (Brás - Jundiaí); Linha 8 - Diamante (Júlio Prestes - Amador Bueno); Linha 9 - Esmeralda (Osasco - Bruno Covas / Mendes / Vila Natal); Linha 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra); Linha 11 - Coral (Luz - Estudantes); Linha 12 - Safira (Brás - Calmon Viana) e Linha 13 - Jade (Engo. Goulart - Aeroporto / Guarulhos), somando 273 km de extensão, com 96 (noventa e seis) estações ao longo do trecho, dos quais 136,5 km se situam na Capital Paulista e correspondente a 46 (quarenta e seis) estações. Com a concessão dos serviços de transporte prestados por meio das Linhas 8 - Diamante e 9 – Esmeralda para a iniciativa privada, em processo de transição considerando o período de 01/07/2021 à 26/01/2022, o sistema operado diretamente por esta Companhia será reduzido para 196 km de extensão, com 57 estações a partir de 2022. Além da Capital, por meio de suas setes linhas, a Companhia atende os moradores de outros 22 municípios, estando ainda integrada a diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus e às linhas do Metrô.

Na condição de empresa pública, integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, sujeita aos efeitos do Artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, é enquadrada como “empresa estatal dependente”.

A dependência financeira decorre do fato da política tarifária praticada ser estabelecida pelo Governo Estadual, por meio da estrutura tutelar da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, que determina as normativas de gratuidades legais e estrutura tarifária de integração intermodal no objetivo de propiciar acesso às diversas classes sociais e transporte para atender a demandas específicas.

Esta vinculação da política tarifária que compõe a receita da Companhia à agenda de políticas públicas do Estado, de forma oposta à lógica de precificação do serviço utilizada na iniciativa privada, faz com que o caixa gerado pela atuação da Companhia não dê cobertura ao seu custeio bem como aos seus investimentos, razão pela qual o Governo do Estado subsidia os usuários do sistema ferroviário, repassando à Companhia, a título de subvenção econômica, recursos financeiros para a complementação de suas despesas de custeio, assim como aportes de capital para cobertura de seus investimentos.

Este constante desequilíbrio entre a remuneração obtida pelo serviço prestado em relação ao custo operacional e administrativo da Companhia também sofre influência do volume ascendente de passageiros beneficiados por gratuidades legais e de práticas tarifárias específicas na política de integração de modais de serviço de transporte público e de estímulo de uso do sistema em horários não convencionais.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Outro fator relevante de redução do fluxo financeiro da Companhia é o regramento de remuneração dos partícipes oriundos das parcerias público privadas/concessões, que prioriza a remuneração dos partícipes privados na partilha dos valores do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, adicionado ao fato de que os mesmos são remunerados pelos passageiros transportados, mesmo aqueles que sejam beneficiados por gratuidades legais (estudantes, deficientes, desempregados e idosos) instituídas pelo Estado, versus tarifa de remuneração estipulada em contrato.

Apoio financeiro – Governo do Estado de São Paulo

Nos termos da Lei nº 17.309 de 29/12/2020 (Lei Orçamentária Anual), a Companhia recebe do Tesouro do Estado a título de subvenção econômica e ressarcimentos de gratuidades legais, recursos financeiros para financiamento do seu custeio e de suas operações, sendo que tais valores foram estabelecidos mensalmente através do Decreto de Execução orçamentaria nº 65.488 de 22/01/2021 bem como créditos suplementares ao longo do exercício.

Nessa mesma esteira, são os valores de investimentos, aportados à Companhia durante o exercício, destinados a cobertura dos contratos de obras em andamento e aquisições de ativos.

Assim, no exercício findo em 31/12/2021, a subvenção econômica acumulou o montante de R\$ 1.309.653 (R\$ 919.289 em 31/12/2020), sendo deste montante R\$ 109.532 a título de gratuidades (R\$ 136.485 em 31/12/2020).

Por fim, à título de aportes para investimentos, a Fazenda do Estado repassou no exercício de 2021, o montante de R\$ 686.415 (R\$ 530.369 em 31/12/2020).

Contratação de seguro

Até o encerramento destas Demonstrações Contábeis, a Companhia não contratou seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados. Os estudos efetuados acerca do tema dependem de definição quanto ao objeto, pois apurou-se que uma eventual contratação de apenas um seguro, pode não ser tão atrativa para as seguradoras, que sinalizaram a necessidade de vincular outros seguros de menor risco. A contratação de seguro de responsabilidade civil, por sua vez, está em processo mais avançado, e a CPTM trabalha no sentido de viabilizar a contratação ao longo de 2022.

Principais eventos ocorridos em 2021

Concessão e Parceria Público Privada

Quanto a concessão da Linha 7 – TIC EIXO NORTE, coordenado pela STM com participação da CPTM, seguem os estudos com o detalhamento do projeto, edital, contrato e anexos, assim como os entendimentos com a MRS para finalização do convênio para segregação das vias de carga, bem como as tratativas com a União na posse territorial e reuniões com as prefeituras municipais e órgãos de preservação ambiental, após a audiência pública realizada em 16/08/2021 e a consulta pública encerrada em 15/10/2021.

Construção da estação João Dias – Contrato de parceria

Conforme divulgado nas informações trimestrais, desde 2019, foi iniciada a construção da Estação João Dias na Linha 9 - Esmeralda, localizada entre as estações Santo Amaro e Granja Julieta, em parceria com a iniciativa privada, sendo que as obras foram concluídas e a estação inaugurada em 05/11/2021.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

O escopo que coube a Brookfield Properties (atual TG) incluiu a construção da estação, passarela e plataformas e implantação da sinalização das vias férreas, cujo termo de doação se encontra em fase de assinaturas.

Quanto ao escopo realizado pela CPTM, inclui-se a execução na região de entorno da obra, das vias férreas definitivas, rede aérea para alimentação elétrica dos trens, banco de dutos e demolição do desvio provisório.

Obras de Extensão da Linha 9 – Esmeralda

Foram concluídas as obras da estação Bruno Covas Mendes Vila Natal e da infraestrutura de via permanente, rede aérea do Lote 1, o que possibilitou o início da operação do primeiro trecho do Empreendimento de Extensão da Linha 9 – Esmeralda, a partir da estação Grajaú. As obras complementares do Lote 1 estavam em fase de conclusão em 31/12/2021 e estão em andamento as obras de infraestrutura do Lote 2, que incluirão a construção da nova estação Varginha.

Leilão de inservíveis

Em 2021, foram realizados 03 leilões, sendo que em 15/10/2021 foi realizado o último do ano, o qual atingiu a cifra de R\$ 7,9 milhões, representando um ágio de 10% em relação aos R\$ 7,2 milhões previstos pela Companhia, mantendo-se a tendência de êxito nas vendas desta modalidade realizadas pela Companhia.

Nestas condições, reforçando assim o orçamento próprio e o caixa do período, para 2021, os leilões atingiram o montante de R\$ 26.702 (R\$ 16.667 em 2020).

Implementação do QR CODE

Implantado em dezembro de 2020, o sistema de bilhetagem, por meio do uso da tecnologia QR Code digital, em 2021, veio a promover a gradual transição das vendas físicas para os canais digitais, sendo iniciada sua comercialização por meio de aplicativo específico e totens de autoatendimento instalados em todas as estações. Em 05/06/2021, sua comercialização foi estendida para venda em todas as bilheterias, substituindo gradualmente os bilhetes de cartolina intitulados Edmonson.

Futuramente a Companhia intenciona comercializar os novos bilhetes apenas através de múltiplos canais, não se restringindo somente a um ponto fixo dentro das estações, ampliando a capilaridade da rede de vendas e as formas de aquisição do direito de viagem disponíveis aos passageiros. Os bilhetes podem ser adquiridos por meio de aplicativo (TOP e Whatsapp), mediante pagamento com cartões de débito, crédito ou via Pix, em terminais de autoatendimento instalados em todas as estações, com compra via cartão de débito e em pontos de venda externos às estações, com pagamento preferencialmente a dinheiro.

Esta nova tecnologia vem atendendo as necessidades da Companhia e de seus passageiros, promovendo a gestão e o controle da arrecadação tarifária com menores custos operacionais, armazenando de maneira confiável as informações obtidas com a bilhetagem, subsidiando ações de planejamento, consequentemente possibilitando melhoria de serviços, e promovendo maior segurança e confiabilidade às transações.

2. Impactos causados no exercício de 2021 pela pandemia da COVID-19

Prestação do serviço de transporte

O volume acumulado de passageiros transportados em 2021 foi maior em 5,7% em comparação ao período de 2020, atingindo-se patamar de 2,1 milhões de passageiros transportados por dia útil ao final de 2021 (média de 1,7 milhões de passageiros transportados em 2020, por dia útil), ainda abaixo em relação ao patamar anterior à pandemia (próximo de 3,0 milhões de passageiros transportados por dia útil).

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Embora as restrições na circulação de pessoas nos últimos meses tenham sido reduzidas, sendo esperado um gradual aumento dos passageiros transportados, as receitas próprias arrecadadas pela Companhia no exercício de 2021 foram abaixo das expectativas para o referido exercício, conforme tendência já constatada pelos trimestres de 2021 encerrados.

Auditoria interna

A auditoria contínua dos contratos firmados para o enfrentamento da COVID-19, implementada em março/2020, se manteve até o exercício findo em 31/12/2021, visando a aferição de sua aderência à legislação geral e específica, com destaque para as premissas do Comunicado SDG nº 18/2020 de 28/04/2020 e da Lei nº 13.979/2020 de 06/02/2020, alterada pelas Leis 14.035/2020 e 14.065/2020, incluindo exames de todas as licitações e monitoramento das publicações no portal de transparência em comparação às bases de dados dos sistemas internos.

Clientes e outros recebíveis

A inadimplência dos permissionários evidenciou um patamar elevado de 25% em 31/12/2021 (4% em 31/12/2020), contudo, em 2021, com o encerramento das análises do grupo de trabalho criado em 2020, foram iniciadas as negociações com os lojistas para avaliação dos pedidos de reequilíbrio financeiro dos contratos, tendo havido êxito quanto a acordos propostos e mantidas as tratativas para 2022 quanto aos demais.

Fornecedores

A Companhia continua enfrentando dificuldades de caixa para honrar seus compromissos e, por esta razão, a cobertura das despesas de custeio tem sido subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo, a partir de antecipação de cotas ou liberação adicional por meio de crédito suplementar de recursos de subvenção econômica, de forma que a Companhia possa liquidar seus compromissos financeiros com fornecedores, mesmo que com atrasos.

3. Denúncia criminal contra administradores

Em 09 de junho de 2017, o Grupo Especial de Combate a Delitos Econômicos do Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra, entre outros, 4 ex gestores da Companhia, que teriam tido participação em processo licitatório com objeto de prestação de serviços de manutenção de trens (séries S2000, S2100, S3000, S2070, S7000 e S7500), certame destinado à 3ª Rodada de Manutenção de Material Rodante, dentro da Política de Manutenção da Companhia.

A Ação Penal recebeu o número 0047997-33.2017.8.26.0050 e tramita em segredo de justiça, sendo que a Companhia não é parte no processo.

Assim, conforme informações prestadas pelo advogado que representa uma das partes, em 07 de fevereiro de 2022, esta ação está tramitando pela 2ª Vara dos Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo e encontra-se no Tribunal de Justiça de São Paulo, em virtude de Recurso de Apelação apresentado pelo representante do Ministério Público de São Paulo. A apelação está voltada contra a decisão de primeiro grau que absolveu alguns dos acusados, reconhecendo ou a prescrição, ou a ausência de justa causa. O Recurso foi distribuído para a 13ª Câmara de Direito Criminal e o Representante do Ministério Público em segundo grau de jurisdição apresentou manifestação favorável ao acolhimento da apelação e os autos encontram-se na conclusão, com o Desembargador Relator, que deverá proferir seu voto e submeter o recurso à decisão do colegiado. Não há previsão de tempo para o julgamento.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Por derradeiro, cumpre informar que, no âmbito civil, os mesmos processos foram arquivados pelo TCE e pelo Ministério Público (Área Patrimônio Público) com a devida homologação pelo Conselho Superior do MP.

4. Apresentação das demonstrações contábeis

4.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações contábeis, e, somente eles, que correspondem aos utilizados pela Administração da Companhia em sua gestão, estão sendo evidenciados.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 5.2.

Considerando os repasses financeiros promovidos pelo acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Por fim, as Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Companhia em 15 de março de 2022.

4.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

4.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas.

As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4.4. Uso de estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais tem como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Como, devido ao fato de se tratarem de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, assim, a

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos em resultado no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações contábeis neste exercício foram:

a) Estimativa para redução ao valor realizável de estoques

Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques são avaliados os itens estocados de forma a identificar itens obsoletos estocados, itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados, itens com data de validade expirada e itens de giro lento.

Se identificados itens nas condições acima, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as probabilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, e outros fatores que influenciem uma possível venda e recuperação parcial de valor.

b) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, os testes de recuperação dos ativos são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem.

Como a Companhia é tratada na concepção de uma única Unidade Geradora de Caixa – UGC, considerando a aplicação da abordagem do custo de reposição dos ativos, ajustando-o mediante os efeitos do desgaste natural de utilização e da obsolescência, não se vislumbrou efeitos da pandemia da Covid-19 neste sentido.

c) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

d) Estimativa para redução ao valor recuperável de impostos e encargos a recuperar/compensar

A estimativa para redução ao valor recuperável de impostos e encargos a recuperar/compensar é constituída a partir da constatação da impossibilidade de sua recuperação, considerando a análise individualizada de cada tributo.

e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões para frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Tais provisões são revisadas mensalmente e ajustadas mediante alterações nas circunstâncias e premissas que a determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nestas condições, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) estão em conformidade ao período encerrado, sendo que

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

a determinação da provisão é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Por fim, ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis pela sua ausência na Companhia, considerando garantias de sua realização

4.5. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal considerando a realização do serviço correspondente. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento devido pela Companhia em decorrência da concessão de tais benefícios, a ser liquidado em até 12 meses do fechamento do exercício.

Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados – PPR e benefício rescisório – aviso prévio.

Programa de participação nos resultados – PPR

Programa implantado pela Companhia desde 2011, cujos critérios são definidos em parceria com as respectivas entidades sindicais, considerando indicadores, pesos e metas previamente definidos, acompanhados quanto ao seu atingimento, e aprovados em início do exercício subsequente ao de sua competência, para efetivo pagamento.

Para o exercício de 2021, o Programa de Participação nos Resultados – PPR, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 65.463 de 12/01/2021 (alterado pelo Decreto nº 65.479, de 20/01/2021), foi suspenso até 31/12/2021.

b) Benefícios de longo prazo

Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, dos quais obrigações são imputadas à Companhia pela possibilidade de serem pagos após o término do vínculo empregatício, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU que dele mantém participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica) e o benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, conforme regras concessórias específicas.

Assim sendo, estes benefícios são avaliados na periodicidade anual, cujo método atuarial para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios é o da UCP – Unidade de Crédito Projetada, aplicada sobre as obrigações atuariais projetadas, de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33, sendo os efeitos das remensurações, reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA. Exceção se faz ao plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, normalmente não apresenta passivos de longo prazo a serem registrados devido ao seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.

Respectivas premissas, exposição dos resultados e parecer sobre os resultados apurados estão evidenciados na nota explicativa nº 23.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

5. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício anterior.

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 6).

5.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a companhia deles se torna parte. São registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos, quando de sua aquisição ou emissão, e remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo atualizados pelo método dos juros efetivos, nos termos pactuados em contrato, e as despesas e/ou receitas com juros e encargos reconhecidos no resultado, no período em que ocorrerem. Os ativos e passivos financeiros são baixados quando os direitos de receber ou pagar tenham expirados.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia correspondem a:

- i.) Aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez diária e remunerados diariamente com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros e;
- ii.) Recebíveis derivados de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo do recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto, sendo classificados:

(a) Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de Caixa. Os ganhos decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado no período em que ocorrerem.

(b) Custo Amortizado

Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.

Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

5.3. Clientes e outros recebíveis

Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.

5.4. Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários. Estão registrados pelo custo médio ponderado de aquisição e ajustado ao valor realizável líquido.

Com o objetivo de conferir os saldos físicos dos materiais estocados, aferir os controles internos e propiciar maior nível de acuracidade ao estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.

5.5. Depósitos judiciais e recursais

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo a depender do desfecho judicial.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 11.

5.6. Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação, calculada pelo método linear, considerando as taxas mencionadas na nota explicativa nº 14, exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a encargos de depreciação.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições operacionais atuais da Companhia, sendo que em 2021 não houve alteração estratégica ou de operação dos sistemas e equipamentos que justificassem quaisquer mudanças neste sentido, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.

No ativo Imobilizado, conforme detalhamento apresentado nas notas explicativas nº 5.9 e nº 17, estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.

Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000, sendo, em 31/12/2021, os ativos que ainda apresentam efeito da mais valia:

Ativos	Reserva de Reavaliação	
	Base Maio/2002	Posição em 31/12/2021
Terrenos e Leito da Linha	579.619	538.715
Via Permanente, Edifícios e Instalações.	1.027.764	56.054
	1.607.383	594.769

5.7. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 15).

5.8. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

5.9. Operações de arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento de sua contratação.

Para os contratos em que parte dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, o tratamento é de arrendamento operacional, sendo respectivos pagamentos registrados em despesa do exercício, considerando o método linear durante o período do arrendamento. Para os contratos firmados pela Companhia em que se detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, a classificação é de arrendamento financeiro, capitalizado no balanço desde o início do respectivo arrendamento.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Neste cenário, é reconhecido como ativo de arrendamento apenas o objeto de um contrato, cujos termos contratuais atendem aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) Arrendamentos, sendo seu detalhamento apresentado na nota explicativa nº 17.

O passivo correspondente, constituído em face do reconhecimento do ativo, é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes a operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante alinhado ao prazo contratual.

O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, conforme menção na nota explicativa nº 14, considerando a previsão contratual de sua transferência à Companhia ao final do contrato.

5.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Neste grupo estão consideradas as demais obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.

5.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida pelo regime de competência, excluindo descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre a mesma, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte com a utilização de bilhete magnético e QRCode reconhecida pelo montante da venda, que correspondeu a 25,7% do total da arrecadação.

A receita operacional é decorrente preponderantemente da prestação de serviço de transporte, sendo as tarifas praticadas fixadas pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume financeiro insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados. Referida receita decorre da venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson e de bilhetes eletrônicos na tecnologia QRCode, comercializados pela própria Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (ContactlessSmartCard) controlados por meio de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE. A venda dos bilhetes magnéticos do tipo Edmonson foi substancialmente reduzida em 2021, passando a ser empregada nas estações da CPTM basicamente apenas como reserva nas eventuais situações de falha do sistema QRCODE.

No ano de 2021, foram utilizados cartões eletrônicos de três sistemas de bilhetagem eletrônica (SBE) nos validadores dos bloqueios de nossas estações, sendo: Bilhete Único (BU), Bilhete do Ônibus Metropolitano (BOM) e BENFÁCIL (municípios de Itapevi, Barueri e Jandira), representando um percentual de 74,3% do total da receita bruta de prestação de serviço de transporte aferida pela Companhia.

Nos casos do BOM e do BU, os fluxos financeiros são decorrentes de vendas antecipadas, por meio do carregamento de créditos em cartões eletrônicos e, em função dos termos dos convênios assinados pela Companhia e demais partícipes, são rateados com base no quantitativo histórico de pagantes transportados em cada companhia dentro de cada sistema.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

No caso do sistema BENFÁCIL, a remuneração se dá pela apuração dos quantitativos de passageiros transportados em períodos de 10 dias, e valorados pelas tarifas exclusiva e integrada vigentes na ocasião da validação em nossos bloqueios.

No ambiente de bilhetagem eletrônica, no que se refere ao BU e BOM, há de se observar o descolamento do fluxo financeiro em relação à prestação de serviço de transporte, haja vista que o volume dos créditos recebidos, decorrente das vendas antecipadas, não se vincula diretamente à prestação de serviço de transporte, sendo o fluxo financeiro vinculado a regras de partição pré-estabelecidas em convênio bem como voláteis ao comportamento do usuário quanto ao carregamento de créditos.

Neste contexto, para o exercício de 2021, do comparativo da receita de transporte, mensurada pela utilização do transporte ferroviário, em relação ao fluxo financeiro, foi apurado um déficit financeiro frente ao serviço prestado, sendo reconhecida uma perda para 2021 de R\$ 259.791 mil (R\$ 182.972 mil em 2020).

Relativo ao déficit apurado na operacionalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, identifica-se como causas: i) no exercício de 2021 não terem sido reajustadas as tarifas públicas de transporte de passageiros, não ocorrendo portanto uma eventual compensação das perdas inflacionárias no período; ii) para o SBE-BU: as vendas antecipadas que remuneram primeiro as concessionárias Via Quatro e Via Mobilidade, considerando a quantidade de passageiros transportados sem distinção entre o passageiro pagante e aquele que adentrou no sistema por gratuidade legal ou integrado, sendo o saldo remanescente das vendas repassado ao Metrô e a Companhia, em percentuais definidos por um Comitê Gestor, que é insuficiente para remunerar a prestação de serviço prestado pela Companhia e iii) o percentual de distribuição do saldo das vendas entre CPTM e Metrô ser inferior a representatividade de seus passageiros pagantes no SBE-BU, sendo composto por:

	R\$
Perdas no SBE-BU (Efeito Via Quatro / Via Mobilidade)	211.347
Perdas no SBE-BU (Efeito do percentual de remuneração)	48.444
Total da Perda no SBE	259.791

Salientamos por fim que mesmo não tendo ocorrido reajuste das tarifas públicas de transporte no ano de 2021, houve um aumento de 16,9% na arrecadação tarifária bruta em relação ao ano anterior (R\$ 1.358 milhões contra R\$ 1.162 milhões), refletindo o gradual relaxamento em 2021 das restrições de circulação das pessoas adotadas para coibir a disseminação do vírus da COVID. Entretanto, embora tenha ocorrido um aumento no número de pagantes em relação ao ano de 2020, este total ainda ficou bem abaixo do número de pagantes transportados no ano pré-pandemia de 2019 (28% a menor).

5.12. Normas e interpretações novas e revisadas

i) Revisão nº 17 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”. Estas alterações são efetivas para os exercícios em 1º de janeiro de 2021 e não trazem impactos para a Companhia.

ii) Alterações na IFRS 16– Arrendamentos (NBC TG 06 (R3): expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as permissões feitas ao arrendamento devido a pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma permanece efetiva para exercícios que vão além de 30 de junho de 2021. Não houve impactos decorrentes deste expediente prático para a Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	13.158	7.709
Aplicações financeiras	85.505	36.234
Valores em trânsito	5.376	3.103
	104.039	47.046

O saldo das receitas tarifárias (recursos próprios) e demais créditos arrecadados diariamente pela Companhia, após a liquidação de seus compromissos, são transferidos para a conta única do Tesouro do Estado no Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, nos termos do Decreto 60.244 de 14 de março de 2014 e corroborado pelo Decreto Estadual nº 64.748 de 17/01/2020, que determina que os recursos das empresas em que o Estado seja controlador passem obrigatoriamente a serem mantidos em contas do SIAFEM.

Estes valores são aplicados em fundos de investimentos BB Tesouro Renda Fixa, fundos estes destinados às aplicações dos recursos do TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO e gerido pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A.

A Companhia também possui uma conta garantia mantida na Caixa Econômica Federal vinculada ao contrato da PPP (nota explicativa nº 17), sendo o seu saldo aplicado em um fundo de renda fixa de longo prazo (CAIXA FIC ESPECIAL RF LP). Também na Caixa Econômica Federal, os créditos de reversões judiciais são depositados em uma aplicação financeira (CAIXA FIC SIGMA REF DI) e mantidos por um período de três meses, quando então os valores de principal e rendimentos são resgatados e transferidos para nossa conta única.

No ano de 2021 foram abertas duas contas no Banco do Brasil para recebimento de valores financiamentos (aporte de capital) de dois contratos assinados junto ao BNDES. Os saldos não utilizados nestas contas são automaticamente aplicados em fundo de renda fixa de curto prazo (BB RF CP Diferenciado). Este fundo de investimentos é destinado à administração direta e indireta para aplicação de recursos de origem pública em carteiras que sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Quando a “valores em trânsito” referem-se a valores arrecadados nas estações ferroviárias, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores contratada pela Companhia, para posterior depósito na conta corrente, sendo este processo concluído em D+2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A CPTM recebeu em dezembro/2021 um total de R\$ 178,9 milhões de recursos do Tesouro do Estado a título de subvenção econômica e ressarcimentos de gratuidades mais R\$ 122,8 milhões de receitas tarifárias (melhor mês do ano de 2021) e R\$ 14,9 milhões de receitas não tarifárias e demais ressarcimentos, permitindo assim fechar o ano com um saldo final positivo superior ao ano de 2020 e garantir com sobra os recursos necessários para os pagamentos do mês de dezembro-2021. No acumulado dos saldos em caixa e equivalentes em caixa do exercício de 2021, também está incluído o montante de R\$ 23,5 milhões de duas contas correntes mantidas no Banco do Brasil referentes aos saldos de valores recebidos em 2021 de dois financiamentos do BNDES para pagamento de contratos de investimentos na linha 13 da CPTM (aporte de capital). Lembramos ademais que nestes acumulados dos exercícios de 2020 e 2021 estão incluídos valores referentes a garantias de execução contratual e garantia de pagamento do contrato da PPP (CTRENS) no montante de R\$ 23,7 milhões, além de saldos para quitação de compromissos no âmbito dos convênios SENAI e SESI, não sendo considerados assim como saldos disponíveis para utilização em despesas de custeio.

7. Clientes e outros recebíveis

Créditos decorrentes da permissão de passagem em vias férreas, do uso de instalações e espaços para exploração comercial e da prestação de serviços diversos, conforme convênios e contratos firmados entre as partes.

No intuito de garantir a liquidez, os títulos a receber são avaliados na periodicidade anual ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência recorrente, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda.

Neste contexto, excetuando a singularidade exposta na nota explicativa 2. Impactos causados no exercício de 2021 pela pandemia da COVID-19, pelas evidências constatadas no exercício findo em 31/12/2021, foi constituída estimativa para perdas no montante de R\$ 38.781 (R\$ 30.476 em 31/12/2020).

A composição deste grupo é demonstrada conforme segue:

• Composição - principal:

	Circulante		Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Permissão de passagem em vias férreas	1.469	1.205	30.697	28.185
Uso de instalações e espaços – exploração comercial	5.738	8.110	43.597	29.179
Outros	372	193	-	-
	7.579	9.508	74.294	57.364
Estimativa para perdas esperadas com clientes e outros recebíveis	-	-	(38.781)	(30.476)
	7.579	9.508	35.513	26.888

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

• Composição - estimativas para perda esperada

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões		Saldo em 31/12/2021
			Por recebimento	Por perda ¹	
Permissão de passagem em vias férreas	1.297	-	(1.049)	-	248
Uso de instalações e espaços – exploração comercial	29.179	18.089	(3.358)	(5.377)	38.533
	30.476	18.089	(4.407)	(5.377)	38.781

¹O montante de R\$ 5.377, reconhecido como perda, foi aprovado pela Administração da Companhia, nos termos da Resolução de Diretoria nº 16026 de 04/11/2021.

Assim considerando as estimativas de perdas constituídas, as reversões e as baixas registradas no exercício findo em 31/12/2021, o resultado foi afetado pelo montante líquido de R\$ 8.305 (R\$ 4.256 em 2020).

8. Impostos e encargos a recuperar / compensar

	2021	2020
IR/CSLL pago a maior a compensar	385	3.627
II - Imposto de Importação a Recuperar	723	716
Pasep a recuperar	390	380
INSS a recuperar	237	237
Outros tributos a recuperar	1	127
	1.736	5.087
Estimativa para perdas esperadas com impostos a recuperar	(237)	(1)
	1.499	5.086

Créditos de IR/CSLL pagos a maior a compensar derivam preponderantemente de retenção na fonte de aplicações financeiras que, pela apuração de prejuízo fiscal, são compensados após entrega da ECF, em exercício subsequente.

Relativo ao imposto de importação e ao Pasep, foram mérito de pedido de restituição deferidos favoravelmente pela Receita Federal do Brasil, estando no aguardo do respectivo pagamento e/ou ordem para sua compensação.

Quanto ao INSS decorrem de recolhimentos indevidos de 11% da contribuição previdenciária incidente na fonte sobre cessão de mão de obra. A Companhia pede a restituição das importâncias, tanto por meio de processos de restituição como também sob a sistemática eletrônica do PERD.

Por fim, a estimativa para perdas constituída em 31/12/2020, no valor de R\$ 1, foi convertida em perda por deliberação da Administração da Companhia, nos termos da Resolução de Diretoria nº 15820 de 24/06/2021, tendo em vista o imposto reputado como irrecuperável.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Para o encerramento deste exercício, foi constatada a necessidade de constituir provisão para perda no importe de R\$ 237, referente a INSS que apresenta andamento extremamente lento, sem perspectiva de apreciação do pleito a médio prazo e com êxito.

9. Outros créditos

- Composição por natureza do crédito:

	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
Bloqueios judiciais	1.090	1.698	-	-
Acordos - ações judiciais	1.984	1.680	884	222
Penalidades contratuais	30	329	2.751	2.641
Venda de bilhetes	318	240	-	-
Ressarcimento de indenização trabalhista	-	1.114	1.114	-
Outros	247	202	628	684
INSS - Ressarcimento Convênio	-	-	1.562	1.562
Adiantamento a fornecedor não honrado			2.287	2.287
	3.669	5.263	9.226	7.396
Estimativa para perdas esperadas com outros créditos	-	-	(8.449)	(7.168)
	3.669	5.263	777	228

Para o exercício de 2021, decorrente de análises realizadas pela Administração, a Companhia identificou a necessidade de aumento da estimativa para perdas esperadas com outros créditos para o montante de R\$ 8.449 (R\$ 7.168 em 2020).

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

- Composição da estimativa para perdas:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões no período			Saldo em 31/12/2021
			Por perda efetiva	Por recebimento	Por renegociação	
Penalidades contratuais	2.641	457	(26)	(196)	(125)	2.751
Ressarcimento de indenização trabalhista	-	1.114				1.114
Adiantamento a fornecedor não honrado	2.287	-	-	-	-	2.287
INSS - Ressarcimento Convênio	1.562	-	-	-	-	1.562
Outros	678	143	(1)	(43)	(42)	735
	7.168	1.714	(27)	(239)	(167)	8.449

O montante de R\$ 27, reconhecido como perda, foi aprovado pela Administração da Companhia, nos termos da Resolução de Diretoria nº 16026 de 04/11/2021.

10. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por insumos necessários à sua operação e manutenção, sendo transacionados pelo custo médio ponderado:

	2021	2020
Material ferroviário e de uso geral	154.279	168.744
Material de escritório	1.171	1.272
Material inservível e sucata	4.951	4.973
Material em análise ¹	1.876	21.258
Material a devolver - reprova por laudo	106	308
Materiais em poder de terceiros ²	6.356	4.069
Bilhetes ³	1.215	2.606
	169.954	203.230
Estimativa para redução ao valor realizável de estoques	(68)	(1.183)
	169.886	202.047

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)**

¹A rubrica Material em análise acoberta a entrada de materiais em estoque transitório, os quais passam por processo de análise de qualidade, no aguardo da emissão de laudo para disponibilidade de uso. Em 2020, esta estocagem considerava, preponderantemente, trilhos e dormentes recebidos no final do exercício que foram liberados para uso em 2021.

²Materiais em poder de terceiros correspondem a materiais enviados para terceiros para testes, reparos e por empréstimos vinculados a contratos de manutenção de trens, sendo os preponderantes aqueles vinculados a empréstimos, no importe de R\$ 6.327 em 31/12/2021 (R\$ 4.023 em 31/12/2020).

³Estoque de bilhetes são os confeccionados em cartolina, intitulados Edmonson, distribuídos às estações para serem comercializados em bilheteria para a permissão de viagem no modal ferroviário. Em 2021, houve redução gradativa do consumo desses bilhetes em virtude da implantação do novo sistema de bilhetagem eletrônica (QR Code), sendo que os bilhetes Edmonson passaram a ser utilizados apenas em situações contingenciais, tendo em vista sua baixa utilização.

A estimativa de redução ao valor realizável dos estoques, constituída a partir das premissas informadas na nota explicativa 4.4, alínea a), teve a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões no período		Saldo em 31/12/2021
			Por perda efetiva	Por mudança de estimativa	
Material ferroviário e de uso geral	1.183	68	(1.136)	(47)	68
	1.183	68	(1.136)	(47)	68

Para os itens baixados de estoque, indisponíveis para uso na operação/manutenção, é analisada a possibilidade de sua alienação, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, de forma à recuperação parcial de valor. Nestas condições para o exercício de 2021, as perdas com itens de estoque apresentaram a seguinte movimentação:

• Movimentação no período (perdas de estocagem)

Perda de estoque de itens para os quais foi constituída estimativa a valor recuperável em 31/12/2021	1.183
Perda de estoque para itens identificados no decorrer do exercício de 2021	1.322
	2.505
Entrada em estoque de inservíveis/sucatas	(93)
Resultado das perdas de estocagem em 31/12/2021	2.412

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

11. Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais e recursais derivam dos processos trabalhistas, em razão de aposentados da FEPASA que ajuízam ações contra o Estado e contra esta Companhia; de empregados de empresas terceirizadas que, quando demitidos ou encerrados os contratos, buscam valores da empresa empregadora e colocam a Companhia no polo passivo da ação, como responsável subsidiária; e de ações que envolvem empregados da própria Companhia.

Nos dois primeiros casos (FEPASA e terceirizados), a Companhia não tem como fazer qualquer ingerência quanto ao ajuizamento de tais ações. Tal se dá, em razão de os aposentados não terem qualquer relação de emprego com a Companhia ou mesmo com o Estado e, em relação aos empregados de terceirizados, pelos mesmos não estarem sob sua gestão, restando em relação às empresas contratadas uma cobrança e fiscalização efetiva e nos dois casos, a apresentação da melhor defesa jurídica, o que está em prática, desde há muito tempo.

Quanto aos processos de empregados da própria Companhia, o volume apresentado se justifica pelo fato de o direito de ação ser garantido pelo art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, o que estimula o ingresso de ações de empregados em atividade, muitas vezes, ajuizando mais de uma ação, que geram alto custo financeiro.

Relativo a processos judiciais de natureza cível, para os quais é necessário depósito judicial, o grande volume se concentra nas ações indenizatórias de responsabilidade civil ajuizadas por passageiros da Companhia. Em relação às indenizatórias, válido dizer que decorrem do direito de ação constitucionalmente garantido, assim como das regras atinentes à responsabilidade civil.

Por fim, relativo aos depósitos judiciais de natureza tributária, estão vinculados ao pedido de reconhecimento de imunidade tributária de IPTU, considerando várias municipalidades nos quais a Companhia mantém estabelecimento de entrada para a prestação de serviço de transporte.

Nestas condições, os depósitos judiciais e recursais efetivados pela Companhia estão compostos por:

	2021	2020
Judiciais - Trabalhistas	5.424	9.048
Judiciais - Cíveis	21.504	26.972
Recursais - Trabalhistas	49.393	57.818
Judiciais - Tributários	107.192	143.653
	183.513	237.491

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

• Movimentação no período

	2020	Adições	Reversões		2021
			Ao reclamante	À Companhia	
Trabalhistas	9.048	587	(3.263)	(948)	5.424
Cíveis	26.972	61	(4.418)	(1.111)	21.504
Recursais	57.818	5.863	(11.138)	(3.150)	49.393
Tributários	143.653	1.378	-	(37.839)	107.192
	237.491	7.889	(18.819)	(43.048)	183.513

Relativo aos depósitos judiciais de natureza tributária, a reversão no montante de R\$ 37.839 se refere ao êxito das ações nº 20471-C e nº 19.270-C, movidas contra a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista e São Caetano do Sul, pelo reconhecimento da imunidade tributária quanto a cobrança de IPTU, no montante de R\$ 1.200 e R\$ 36.639, respectivamente.

12. Convênios operacionais

Trata-se de Convênio firmado com a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos em decorrência do Protocolo e Justificação da Cisão daquela Companhia, ocorrida em 26/05/1994, para transferência do patrimônio e operação a esta Companhia.

O propósito do Convênio foi o de estabelecer as condições básicas necessárias à continuidade dos serviços após a transferência da CBTU-STU/SP para o âmbito desta Companhia, bem como definir a prestação mútua de serviços que, ao longo do tempo, produziu ativos e passivos de ambas as partes.

Para os ativos, preponderantemente, considera-se o ressarcimento de ações trabalhistas em que arrolada esta Companhia e de responsabilidade da CBTU (período da reclamatória) e da cessão de empregados, os quais estavam cedidos para manter o funcionamento do escritório regional até encerramento das atividades da CBTU no Estado de São Paulo.

Para os passivos destaca-se materiais oriundos de sobra de obra, pertencentes à CBTU, que foram incorporados ao estoque da Companhia e, assim sendo, utilizados nos processos de manutenção interna. Tais ativos e passivos são passíveis de encontro de contas, cujos levantamentos estão em andamento e estão compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante	12.535	12.535
Passivo não circulante	15.851	15.851
Líquido a pagar	(3.316)	(3.316)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

13. Investimento

Em 31/12/2021, os investimentos da Companhia de R\$ 193 (R\$ 149 em 31/12/2020) estão compostos por participação em empresas de telefonia que não atribui à Companhia controle ou influência sobre as mesmas, sendo registradas pelo custo histórico, e obras de arte pictóricas, instaladas nas dependências de algumas estações, compostas conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Ações de telefonia	117	117
Obras de arte pictóricas	76	32
	193	149

13.1 Movimentação no período

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Ações de telefonia	117	-	117
Obras de arte pictóricas	32	44	76
	149	44	193

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14. Imobilizado líquido

		2021			2020		
	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo original	Custo total	Custo reavaliado	Custo original	Custo total
Terrenos e leito da linha	-	538.715	1.526.233	2.064.948	538.715	1.506.269	2.044.984
Via permanente, edifícios e instalações	1,25% a 6,66%	989.167	6.467.073	7.456.240	989.213	5.818.043	6.807.256
Equipamentos de transportes ferroviários	6,66% a 10%	1.277	20.317	21.594	1.277	15.258	16.535
Trens	2,50% a 7,14%	235.411	3.052.757	3.288.168	257.519	3.030.793	3.288.312
Outros equipamentos de transporte	5,55% a 33,33%	5.406	120.346	125.752	5.406	120.180	125.586
Equipamentos, máquinas e ferramentas	4% a 33,33%	7.800	337.194	344.994	7.809	336.063	343.872
Mobiliário em geral	4,34% a 33,33%	642	84.613	85.255	630	79.399	80.029
Outros ativos imobilizados		480	79.714	80.194	456	78.044	78.500
Imobilizações em andamento		-	1.762.765	1.762.765	-	2.043.804	2.043.804
Equipamentos de giro ¹		-	9.037	9.037	-	8.394	8.394
Adiantamentos Concedidos ²		-	153.295	153.295	-	141.352	141.352
		1.778.898	13.613.344	15.392.242	1.801.025	13.177.599	14.978.624
Depreciação acumulada		(1.184.129)	(2.824.241)	(4.008.370)	(1.192.741)	(2.504.464)	(3.697.205)
		594.769	10.789.103	11.383.872	608.284	10.673.135	11.281.419

¹Peças e equipamentos de reposição mantidos em estoque, qualificados como itens de giro pela possibilidade de seu recondicionamento, mantidos em prateleira da área de manutenção pela necessidade imediata de seu uso, em rodizio com aqueles instalados no equipamento principal.

²Adiantamentos concedidos aos contratados para desembaraço de despesas aduaneiras bem como de contratos executados na modalidade de empreitada por preço global, cujo critério de medição estabelece desembolsos por etapa de execução.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14.1. Movimentação do período (Custo de aquisição):

	2020	Adições	Transferências ¹	Reclassificações para outros grupos patrimoniais	Baixas	2021
Terrenos e leito de linha	2.044.984	1.326	18.802	(164)	-	2.064.948
Via permanente, edifícios e instalações	6.807.256	21.266	627.830	(95)	(17)	7.456.240
Equipamentos de transportes ferroviários	16.535	-	5.059	-	-	21.594
Trens	3.288.312	20	-	(164)	-	3.288.168
Outros equipamentos de transporte	125.586	-	832	-	(666)	125.752
Equipamentos, máquinas e ferramentas	343.872	775	1.001	(592)	(62)	344.994
Mobiliário em geral	80.029	5.796	15	-	(585)	85.255
Outros ativos imobilizados	78.500	184	1.520	-	(10)	80.194
Imobilizações em andamento	2.043.804	403.265	(655.059)	(29.245) ²	-	1.762.765
Equipamentos de giro	8.394	2.090	-	(1.447)	-	9.037
Adiantamentos Concedidos	141.352	11.943	-	-	-	153.295
	14.978.624	446.665	-	(31.707)	(1.340)	15.392.242

¹As transferências informadas se referem a obras encerradas, cujo ativos foram disponibilizados para uso operacional, passando, nestas condições a se sujeitar a encargos de depreciação.

²Destaca-se contratos de projetos básicos e executivos que não serão mais utilizados para futuras obras de expansão da Companhia, haja vista que não se justifica a implantação de tais projetos em dias atuais, mas que não serão descartados e sim utilizados como material de referência e consulta para estudos e projetos futuros

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14.2 Movimentação do período (depreciação):

	2020	Adições	Baixas	2021
Via permanente, edifícios e instalações	2.111.728	188.543	(13)	2.300.258
Equipamentos de transportes ferroviários	3.711	1.602	-	5.313
Trens	1.137.136	91.529	-	1.228.665
Outros equipamentos de transporte	66.854	6.032	(392)	72.494
Equipamentos, máquinas e ferramentas	262.278	16.105	(30)	278.353
Mobiliário em geral	73.431	1.650	(552)	74.529
Outros ativos imobilizados	42.067	6.701	(10)	48.758
	3.697.205	312.162	(997)	4.008.370

14.3 Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Os bens do ativo imobilizado são revisados anualmente, com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil. A Companhia utiliza valor de mercado para os terrenos e para os demais, abordagem do custo de reposição como técnica de avaliação, com ajuste do valor pelos efeitos do desgaste natural de utilização e obsolescência, equiparando-os aos ativos a serem comparados. Os bens do ativo imobilizado da Companhia são enquadrados em uma única Unidade geradora de caixa – UGC.

Considerando a Companhia como uma única UGC, pelos estudos realizados pela Companhia, o valor recuperável é maior que aquele evidenciado na escrituração contábil, não havendo perda a ser reconhecida em 31/12/2021.

14.4 Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela Companhia

Nos exercícios de 2013 e 2017, foram firmados contratos de fornecimento de trens e respectivos sobressalentes diretamente pela STM para serem utilizados pela Companhia.

Em 31/12/2021, o quantitativo de trens entregues e em operação corresponde ao acumulado de 73 trens, (72 em 31/12/2020) correspondentes ao montante residual de R\$ 1.985.849 (R\$ 1.993.943 em 2020), aferido por meio do controle dos custos de aquisição, data da disponibilidade para uso e pela aplicação de taxa de depreciação nos mesmos critérios vigentes na Companhia, sendo:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo incorrido	2.136.212	47.462	2.183.674
Depreciação acumulada	(142.269)	(55.556)	(197.825)
	1.993.943	(8.094)	1.985.849

14.5 Imobilizado em andamento – Contratos suspensos

No final do exercício de 2021, haviam 9 contratos (14 em 2020), cujos custos acumulam o montante de R\$ 262.119 (R\$ 472.095 em 2020), paralisados (suspensos) por motivos técnicos.

Relativo a eventos desta natureza, o procedimento contábil, na periodicidade mínima anual ou na ocorrência de fatos supervenientes, é a avaliação junto às áreas gestoras do status de cada contrato paralisado, de forma a conhecer as estratégias da Companhia para sua retomada e para a identificação de possíveis perdas decorrentes da paralisação.

Assim sendo, este procedimento foi cumprido para o exercício de 2021 e, considerando as informações prestadas pelas respectivas áreas técnicas gestoras, não houve a necessidade do reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31/12/2021.

• Movimentação do período:

Contratos suspensos em 31/12/2020	14
(-) Reativados em 2021	(4)
(-) Transferidos para despesa ¹	(6)
Sub-total	4
(+) Contratos suspensos em 2021	5
Contratos suspensos em 31/12/2021	9

¹As transferências para despesa se referem a contratos de projetos básicos e executivos que não serão mais utilizados para futuras obras de expansão da Companhia, haja vista que não se justifica a implantação de tais projetos em dias atuais, mas que não serão descartados e sim utilizados como material de referência e consulta para estudos e projetos futuros.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

15. Intangível

	Taxas anuais de amortização	2021	2020
Sistema de bilhetagem eletrônica	20%	3.500	3.500
Software e licenças	20%	53.537	47.696
		57.037	51.196
Amortização acumulada		(41.264)	(38.361)
		15.773	12.835

- Movimentação do período (Custo de Aquisição):**

	2020	Adição	2021
Sistema de bilhetagem eletrônica	3.500	-	3.500
Software e licenças	47.696	5.841	53.537
	51.196	5.841	57.037

- Movimentação do período (amortização):**

	2020	Adições	2021
Sistema de bilhetagem eletrônica	3.500	-	3.500
Software e licenças	34.861	2.903	37.764
	38.361	2.903	41.264

15.1 Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Em que pese os ativos intangíveis da Companhia terem vida útil determinada (NE 5.7) e, assim, sujeitos à amortização ao longo do período, seus respectivos valores foram revisados e não foram identificadas evidências de que houvesse perda a ser reconhecida em 31/12/21.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

16. Fornecedores

	2021	2020
Entidades privadas nacionais	140.434	158.467
Concessões e Entidades públicas	13.013	13.196
Entidades estrangeiras ¹	30.897	16.782
Provisão de serviços e fornecimentos realizados	154.502	150.120
	338.846	338.565

¹A variação da rubrica Entidades estrangeiras se justifica pela retomada de um contrato em abril de 2020, cuja execução e consequente faturamento tomou força no exercício de 2021, sendo também uma rubrica que abarca compromissos vinculados a moeda estrangeira e sujeitas a atualização cambial.

Por fim, Provisão de serviços e fornecimentos realizados a faturar referem-se a medições já aprovadas e em tramitação para faturamento, na observância do respectivo período de competência.

Ainda neste contexto, dos compromissos assumidos pela Companhia, do montante de R\$ 184.344 (R\$ 188.445 em 2020), referentes aos compromissos formalizados pelos fornecedores por meio dos respectivos faturamentos, R\$ 95.294 (R\$ 54.134 em 2020) serão liquidados por meio de aportes do acionista controlador, decorrentes de investimentos, cuja contrapartida se traduz em ativos para uso da Companhia.

17. Operações de Arrendamentos

Contrato firmado em 19 de março de 2010, pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da Companhia, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota.

O processo de modernização consistiu na renovação total da frota dedicada a Linha 8 Diamante, em duas etapas, abrangendo, na primeira etapa, o fornecimento de 12 trens novos de 8 carros, totalizando 96 carros, e, na segunda etapa, o fornecimento de 24 trens novos de 8 carros, totalizando 192 carros.

Em 05/07/2019, foi formalizado Termo de Aditamento nº 02 ao contrato de Concessão Administrativa para consignar o uso de tais trens também na Linha 9-Esmeralda a critério da Companhia e consignado ainda que os serviços de restabelecimento operacional também passem a ser executados na Linha 9-Esmeralda.

Em 06/10/2021, foi formalizado Termo de Aditamento nº 3 ao contrato para consignar que os trens da série 8000 poderiam ser utilizados na Linha 11 – Coral, sendo que a transferência dos trens para referida Linha foi gradativa e concluída em janeiro/2022.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Conforme cláusula contratual, os mecanismos de pagamento da contraprestação pecuniária e da remuneração da concessionária, referente a renovação da frota de trens, está sendo liquidada financeiramente mediante pagamentos de parcelas mensais por trem entregue, desde o mês base da entrega física até o período final do contrato (240 meses), valor este reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor - FIPE.

Também, nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária estão em uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros da Companhia e serão transferidos à Companhia ao final da concessão.

Face ao exposto, a operação foi enquadrada como Operação de Arrendamento Mercantil, de acordo com a NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.

A taxa de juros contratual de 8,3% a.a é a taxa utilizada para o cálculo do valor do contrato, valor presente com desconto, conforme detalhamento abaixo informado:

Abertura por vencimento - Carteira de arrendamento a valor presente:

Prazos	2021			2020		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Até 1 ano	68.634	6.371	75.005	69.767	13.500	83.267
De 1 a 5 anos	274.536	1.830	276.366	265.068	1.767	266.835
Acima de 5 anos	245.938	1.640	247.578	303.723	2.025	305.748
	589.108	9.841	598.949	638.558	17.292	655.850
Circulante			75.005			83.267
Não circulante			523.944			572.583

- Movimentação no período:**

2020	Juros	Atualização monetária	Pagamentos	2021
655.850	48.838	57.178	(162.917)	598.949

- Abertura por vencimento - Fluxo de caixa futuro das operações de arrendamento:**

Prazos	2021			2020		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Até 1 ano	49.763	51.245	101.008	49.450	62.202	111.652
De 1 a 5 anos	243.931	136.445	380.376	225.236	155.140	380.376
Acima de 5 anos	295.414	45.340	340.754	363.872	71.976	435.848

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

589.108	233.030	822.138	638.558	289.318	927.876
---------	---------	---------	---------	---------	---------

18. Programa de participação nos resultados – PPR

O saldo acumulado em 31/12/2021 representa parcela devida aos empregados da competência 2020 que, após acordo entre as entidades sindicais e o Governo para suspensão da greve iniciada em 15/07/2021, seria quitada em duas parcelas, sendo a primeira quitada em agosto de 2021 de R\$ 17.191 e a segunda quitada em janeiro de 2022, na ordem de R\$ 22.466.

19. Parcelamentos/Acordos

Referem-se acordos firmados a partir do insucesso em ações de natureza civil em que a Companhia figurou como ré, movidas em face de acidentes e atropelamentos ocorridos no leito ferroviário, e parcelamentos de ações trabalhistas perdidas pela Companhia, nos termos do dispositivo permissivo previsto no Artigo 916 do Código de Processo Civil, em 6 (seis) parcelas, com a incidência de atualização monetária pela TR e juros de 1% a.m.

Neste contexto, estão sendo considerados:

	Saldo em 31/12/2020	Entradas	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Acordos – ações cíveis	3.868	45.431	(39.983)	9.316
Parcelamentos – ações trabalhistas	21.136	64.413	(70.954)	14.595
	25.004	109.844	(110.937)	23.911

20. Contas a pagar

Neste contexto, estão sendo considerados:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Ação de desapropriação indireta ¹	83.799	-	83.799	73.686	-	73.686
Outras contas a pagar	2.175	935	3.110	2.093	774	2.867
	85.974	935	86.909	75.779	774	76.553

¹Processo nº 0020044-81.200.8.2.0053 – ação de desapropriação indireta ajuizada pela Eletropaulo em face da Companhia para indenização de imóvel de sua propriedade, utilizado quando da implantação da Linha 5 – Lilás. Há recursos da Companhia pendentes de análise perante o STJ e STF.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

21. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Natureza das ações	31/12/2021			31/12/2020		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Cíveis	26.561	24.900	51.461	25.392	66.113	91.505
Trabalhistas	111.356	145.449	256.805	136.688	181.326	318.014
	137.917	170.349	308.266	162.080	247.439	409.519

Trabalhistas e Cíveis

Das reclamações relativas a ações cíveis destaca-se pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia e de incidentes ocorridos no leito férreo e execuções fiscais.

Quanto aos processos trabalhistas referem-se a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração decorrentes de cálculos de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade e de risco, acidentes de trabalho, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, incidências de anuênio em outras verbas trabalhistas e casos semelhantes.

A Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais empregados aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos da Companhia. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados à Companhia nos termos no Parecer CJ/SF. 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 por meio do processo 1000288-601078/2010.

Ações na fase judicial de Execução são registradas no passivo circulante, as demais no passivo não circulante.

Classificação de Risco de Perda

A Companhia constituiu no exercício de 2021 provisão no montante de R\$ 308.266 (R\$ 409.519 em 2020). Os desembolsos possíveis decorrentes da eventual perda das ações com risco de perda provável poderão ocorrer no período de aproximadamente 2 a 3 anos, em média. As ações com classificação de perda possível no exercício de 2021 totalizaram R\$ 320.991 (R\$ 277.858 em 2020), para os quais nenhuma provisão é requerida conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Natureza das ações	Avaliação de perdas prováveis		Avaliação de perdas possíveis	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	256.805	318.014	105.020	115.159
Cíveis	51.461	91.505	215.971	162.699
	308.266	409.519	320.991	277.858

• Movimentação do período

Natureza das ações	2020	Provisões	Reversões	2021
Trabalhistas	318.014	17.473	(78.682)	256.805
Cíveis	91.505	7.205	(47.249)	51.461
	409.519	24.678	(125.931)	308.266

As reversões ocorridas no período decorrem de pagamentos realizados pela perda da ação, pela atualização do valor de contingência mediante decisão judicial que assim o determinasse e mudanças de probabilidade em vista de andamento processual que demonstre possível êxito da Companhia, sendo que, para 2021, destacamos as mudanças de probabilidade provável para possível.

22. Receitas diferidas

Natureza da Receita	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bilhetes - expresso turístico	36	-	36	59	-	59
Recarga de bilhete eletrônico – BOM	19.643	-	19.643	16.448	-	16.448
Antecipação de venda de inservíveis e sucatas	1.107	-	1.107	2.995	-	2.995
Aluguéis e arrendamentos	516	6.019	6.535	516	6.535	7.051
Cessão de direito de uso	11.430	97.282	108.712	11.430	108.712	120.142
	32.732	103.301	136.033	31.448	115.247	146.695

A Companhia tem adotado em seus contratos para concessões de direito de uso de espaços, a modalidade de remuneração através de disputa pela outorga inicial, além das remunerações mensais pelo uso do espaço. Tal estratégia resultou em incremento da receita, há princípio diferida, em razão do acirramento das disputas das licitantes pelos direitos de uso de espaços, com impacto no recebimento à vista.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

23. Provisões para benefícios a empregados pós emprego

Em 31/12/2021, considerando todas as modalidades de benefícios pós emprego concedidos pela Companhia, a posição de ativos e passivos se apresenta como segue:

	2021	2020
(a) Plano de previdência – benefício definido	561.725	580.211
(b) Benefício de assistência médica	74.786	70.536
(c) Benefício de desligamento aos empregados oriundos da ex-FEPASA	3.244	5.348
Total do passivo atuarial	639.755	656.095

As remensurações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, no exercício findo em 31/12/2021, correspondem a um ganho de R\$ 71.861 (perda de R\$ 190 em 2020) e está representado por:

(a) Plano de previdência – benefício definido

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de benefício definido, administrado pela entidade fechada de previdência complementar Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, regido por normas específicas (Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001 e demais normas emitidas pelo CNPC e pela PREVIC). O plano de benefícios conta com contribuição paritária dos participantes e patrocinador, estando previstos os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria especial;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pecúlio por morte;
- Pensão por morte;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Suplementação de auxílio-doença; e
- Suplementação de auxílio-reclusão.

Além dos benefícios descritos, o plano previdenciário também garante aos seus participantes e beneficiários:

- Benefício Mínimo;
- Resgate de Contribuições; e
- Auto patrocínio.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Economia.

Em 31/12/2021, a base considerou a população de 125 (388 em 2020) participantes ativos, 1.247 (1.221 em 2020) participantes assistidos e 375 pensionistas (308 em 2020).

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas nesta avaliação estão aderentes às consideradas pela Entidade de Previdência Suplementar – REFER (exceto quanto à taxa de desconto), sendo as principais premissas:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	2021	2020
Taxa de desconto	5,28%	3,22%
Duração média dos pagamentos – Duration	9,80 anos	10,67 anos
Taxa de inflação – correção de benefícios e salários	6,61%	3,3%
Taxa de inflação para projeções – próximo exercício (proposta BACEN - Boletim Focus)	4,79%	3,27%
Tábua biométrica - Mortalidade geral	AT-83, segregada por sexo	AT-83, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Ligth Média	Zimmermann
Tábua biométrica - Mortalidade inválidos	Winkelevoss	AT-49 Basic

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e aplicação da metodologia da Unidade de Crédito Projetado – UCP, o estado de equilíbrio do programa previdenciário, após as avaliações precedidas pode ser assim resumido:

1. Resumo das obrigações calculadas	2021	2020
Total das obrigações	1.150.023	1.082.078
(-) Valor justo dos ativos financeiros em 31/12/2021	(588.298))	(501.867)
Déficit em 31/12/2021	(561.725)	(580.211)

2. Movimentação das obrigações e ativos financeiros	31/12/2020	31/12/2021	Projeção 31/12/2022
Obrigações no início do exercício	1.067.000	1.082.078	1.150.023
Custo do serviço corrente	13.490	15.839	1.745
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	97.075	70.603	115.878
(Ganhos) / Perdas atuariais	(28.689)	56.319	-
(-) Benefícios pagos no ano	(66.798)	(74.816)	(56.362)
Obrigações no final do exercício	1.082.078	1.150.023	1.211.284
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	546.401	501.867	588.298

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	39.597	32.587	58.139
Contribuições patronais	3.971	3.292	3.450
Contribuições participantes	3.306	1.400	1.467
(-) Benefícios pagos	(66.798)	(74.816)	(56.362)
Ganhos / (Perdas) nos ativos financeiros	(24.610)	123.968	-
Ativos financeiros no final do exercício	501.867	588.298	594.992
Déficit apurado	(580.211)	(561.725)	(616.292)

3. Outros Resultados Abrangentes - ORA

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	(67.648)	(4.079)
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	56.320	(28.689)
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	(123.968)	24.610

4. Análise de sensibilidade das hipóteses

4.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.150.023	-
Aumento (1%)	1.034.808	-10%
Redução (1%)	1.278.067	11%

4.2. Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.150.023	-
Aumento (1%)	1.164.935	1%
Redução (1%)	1.048.300	(9%)

Sensibilidade da rotatividade sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.150.023	-
Aumento (1%)	1.125.994	-2%
Redução (1%)	1.176.738	2%

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Durante o exercício de 2021, a REFER – Entidade de Previdência Complementar realizou um contrato de confissão de dívida junto à União, para quitação de dívida da patrocinadora CBTU, no valor de R\$ 871.785.625,30, provocando, para o exercício findo em 31/12/2021, um superávit no plano previdenciário, considerando as regras da PREVIC a que se sujeita a referida Fundação. Essa situação não altera de imediato a posição deficitária do plano previdenciário mantido pela Companhia, uma vez que as contribuições contratadas não fazem parte do valor justo dos ativos do plano, conforme determina o CPC nº 33 em seu item 114, o que, ao longo do tempo, deve ser uma realidade.

(b) Benefício de assistência médica e odontológica

A Companhia oferece aos seus empregados ativos e respectivos dependentes três tipos de plano de assistência médica, sendo diferenciados pela rede de hospitais credenciados e tipos de acomodação.

Para o plano básico, a Companhia subsidia 100% do valor das mensalidades, não havendo, portanto, a caracterização de continuidade vitalícia no período pós-emprego, mas somente pelos prazos máximos proporcionais exigidos pela legislação vigente para os casos de desligamento.

Para os demais produtos, caso o empregado manifeste interesse em fazer upgrade de categoria, há uma contribuição mensal a ser paga pelo empregado, sendo o restante subsidiado pela Companhia.

Para estas situações, há a caracterização de vínculo vitalício após a aposentadoria, no instante em que o empregado tenha contribuído por mais de dez anos ao plano e venha a se aposentar na Companhia.

A Companhia oferece também aos empregados ativos, um plano básico odontológico, com custeio integral por parte da Companhia, sendo o empregado responsável apenas pelo custeio de seus dependentes, ou pelo upgrade da categoria, caso deseje. Da mesma forma que ocorre no Plano de Assistência Médica, o aposentado pode permanecer na apólice após o término de seu vínculo empregatício com a Companhia, custeando 100% dos valores das mensalidades cobradas. Os planos odontológicos, embora haja a caracterização de benefício no período pós emprego, normalmente não apresentam passivos de longo prazo a serem registrados, dado o comportamento inverso em relação aos planos de assistência médica. Isso ocorre porque, ao contrário dos planos médicos, onde a utilização e o custo são exponenciais em relação à idade, nos planos odontológicos, tanto a utilização como o custo são decrescentes em relação à idade. Assim, quando avaliada a arrecadação e o custo médio da carteira, o saldo é superavitário, não sendo, portanto, mérito de avaliação atuarial.

Assim sendo, para o plano de assistência médica, em 31/12/2021, a base de estudos considerou como população o cadastro de participantes ativos e seus respectivos dependentes de 8.425 beneficiários (18.946 em 2020) e os participantes inativos (aposentados inválidos, aposentados, demitidos e por ordem judicial) e seus respectivos dependentes de 1.663 beneficiários (875 em 2020).

Das hipóteses biométricas utilizadas nesta avaliação, destacamos as premissas:

	2021	2020
Taxa de desconto	5,41%	3,48%
Duração média dos pagamentos – Duration	12,00 anos	17,70 anos
HCCTR – Health Care Cost Trend Rate (inflação médica)	3% a.a.	3% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo – BACEN Boletim Focus	5,03%a.a.	3,27%a.a.
Taxa de rotatividade – turnover de empregados	1,83% a.a.	2,75% a.a.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Tábua biométrica - Mortalidade geral	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Tábua biométrica – Entrada em invalidez	Winklevoss	-
Tábua biométrica – Mortalidade de inválidos	Light Média	-

Para estimativa de permanência no plano médico no período pós emprego foi considerado que permanecerão no plano aqueles beneficiários cujo valor do prêmio médio individual não supere 25% da renda de aposentadoria (sendo esta calculada como 70% do salário projetado na aposentadoria). Com esta base, aproximadamente 12% dos beneficiários titulares dos planos Apartamento e Executivo optarão por permanecer no plano de assistência médica após a aposentadoria.

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e com as metodologias recomendadas (Unidade de Crédito Projetado), o estado de equilíbrio do programa, após as avaliações procedidas pode ser assim resumido:

1. Resumo das obrigações calculadas	2020	2021
Total das obrigações	70.536	74.786
(-) Valor justo dos ativos financeiros em 31/12/2020	-	-
Déficit em 31/12/2020	(70.536)	(74.786)

2. Movimentação das obrigações e ativos financeiros	31/12/2020	31/12/2021	Projeção 31/12/2022
Obrigações no início do exercício	52.535	70.536	74.786
Custo do serviço corrente	2.569	1.110	1.522
Juros sobre obrigação atuarial	7.611	4.728	7.719
(Ganhos) / Perdas atuariais	10.381	763	-
(-) Benefícios pagos no ano	(2.560)	(2.351)	(5.737)
Obrigações no final do exercício	70.536	74.786	78.290
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
Déficit apurado	(70.536)	(74.786)	(78.290)

3. Outros Resultados Abrangentes - ORA	31/12/2021	31/12/2020
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	(1.588)	7.821
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	763	10.381
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	-	-
(-) Benefícios pagos	(2.351)	(2.560)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)****4. Análise de sensibilidade das hipóteses****4.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas**

	R\$	%
Real	74.786	-
Aumento (1%)	67.922	-9%
Redução (1%)	83.042	11%

4.2. Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	74.786	-
Aumento (1%)	83.193	11%
Redução (1%)	67.230	-10%

(c) Benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da ex FEPASA

A Companhia mantém em seu quadro de empregados ainda em atividade 235 (295 em 2020) ex-empregados da extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., que por força de acordo coletivo firmado em 1994, possuem benefícios de desligamento sem justa causa, caso o contrato de trabalho seja rescindido por parte da empresa. Nos casos de aposentadoria, o empregado perde o direito ao benefício rescisório. A contagem do período para cálculo das indenizações abaixo detalhadas cessou em 1996. Os benefícios garantidos pela empresa são:

- (a) Empregado que no ato do desligamento contar com 4 até 10 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a um salário mensal por ano de serviço;
- (b) Empregado que no ato do desligamento contar com 10 até 20 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários mensais por ano de serviço;
- (c) Empregado que no ato do desligamento contar com 20 anos completos ou mais de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários e meio mensais por ano de serviço; e
- (d) Além das verbas indenizatórias descritas nos itens anteriores, a FEPASA pagará 80% sobre depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já constam incluídos os 40% previstos em Lei e mais o aviso prévio e outras verbas indenizatórias exigidas pela legislação vigente.

Assim sendo, para este benefício, mantendo-se a consistência com suas práticas e demonstrações anteriores, foram utilizadas como principais premissas para o cálculo atuarial:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	2021	2020
Taxa de desconto	5,33% a.a.	3,32% a.a.
Duração média dos pagamentos – Duration	10,20 anos	11,13 anos
Taxa de inflação de longo prazo – BACEN Boletim Focus	4,79%a.a.	3,27%a.a.
Tábua biométrica – Sobrevivência geral	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Tábua biométrica – Entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e com as metodologias recomendadas (Unidade de Crédito Projetado), o estado de equilíbrio do programa, após as avaliações procedidas pode ser assim resumido:

1. Movimentação das obrigações calculadas	31/12/2020	31/12/2021	Projeção 31/12/2022
Obrigações no início do exercício	7.909	5.348	3.244
Custo do serviço corrente	366	163	193
Juros sobre obrigação atuarial	1.006	358	336
(Ganhos) / Perdas atuariais	(3.933)	(2.625)	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	-
Obrigações no final do exercício	5.348	3.244	3.773
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
Déficit apurado	(5.348)	(3.244)	(3.773)

2. Outros Resultados Abrangentes - ORA	31/12/2021	31/12/2020
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	(2.625)	(3.933)
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	(2.625)	(3.933)
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	-	-

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

3. Análise de sensibilidade das hipóteses

3.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
	R\$	%
Real	3.244	-
Aumento (1%)	2.893	-11%
Redução (1%)	3.637	12%
3.2. Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas		
	R\$	%
Real	3.244	-
Aumento (1%)	3.381	4%
Redução (1%)	3.112	-4%
3.3. Sensibilidade da rotatividade sobre as obrigações calculadas		
	R\$	%
Real	3.244	-
Aumento (1%)	6.954	114%
Redução (1%)	724	-78%

24. Capital social

Em 31/12/2021, o capital subscrito e integralizado está representado por 584.305.949.360 (553.279.468.524 em 2020) ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 17.529.178 (R\$ 17.529.178 em 2020), sendo que a Companhia detém dispositivo societário de Capital Autorizado no importe de R\$ 21.000.000.

25. Adiantamentos para aumento de capital

Referem-se a recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador da Companhia, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que tais recursos somente são liberados para pagamento de medições contratuais e outras caracterizadas como de investimento, diretamente aos fornecedores, por meio do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei nº 17.309 de 29/12/2020, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 686.415 (R\$ 530.369 em 2020), a título de aportes para futura capitalização.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Também, no exercício de 2021, iniciou-se processo para capitalização do montante de R\$ 740.239 correspondente aos repasses efetuados pelo acionista majoritário no período de agosto de 2020 a setembro de 2021, o qual foi deliberado favoravelmente pelo Conselho de Administração em sua reunião ordinária RCA 050 de 31/01/2022, estando no aguardo do exercício de preferência por parte dos acionistas minoritários.

26. Receita líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta	2.817.722	2.167.755
Receita dos transportes ferroviários	1.357.989	1.162.010
Subvenção recebida para operação	1.200.121	782.804
Gratuidades – ressarcimento	109.532	136.485
Outras receitas	150.080	86.456
Deduções da receita bruta	(48.921)	(35.960)
Cofins e Pasep	(14.391)	(9.009)
Impostos	(4.347)	(1.810)
Contribuição previdenciária – CPRB	(30.183)	(25.141)
	2.768.801	2.131.795

A rubrica contábil “Subvenção recebida para operação” está sendo reapresentada para 2020, considerando que parte do valor nela considerado é correspondente a ressarcimentos realizados pelo Governo do Estado de São Paulo em decorrência das viagens realizadas pela Companhia em atendimento a gratuidades concedidas por lei, mas que de responsabilidade financeira do GESP.

	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020 reapresentado
Receita operacional bruta			
Receita dos transportes ferroviários	1.162.010	-	1.162.010
Subvenção recebida para operação	919.289	(136.485)	782.804
Gratuidades - ressarcimento	-	136.485	136.485
Outras receitas	86.456	-	86.456
	2.167.755	-	2.167.755

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

27. Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Pessoal	(917.903)	(851.663)
Energia elétrica de tração	(242.332)	(222.542)
Vigilância	(272.442)	(260.345)
Limpeza e conservação	(95.678)	(100.682)
Manutenção	(469.997)	(470.534)
Serviços de transporte	(21.818)	(21.168)
Materiais	(80.647)	(63.613)
Depreciação/amortização	(303.262)	(292.573)
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(8.198)	(2.765)
Serviços técnicos	(19.181)	(10.844)
Outros	(54.631)	(50.734)
	(2.486.089)	(2.347.463)

A rubrica contábil "Outros" está sendo reapresentada para 2020, considerando a necessidade de sua maior abertura, mediante sua representatividade.

Custos dos serviços prestados	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020 reapresentado
Serviços técnicos	-	(10.844)	(10.844)
Outros	(61.578)	10.844	(50.734)
	(61.578)	-	(61.578)

28. Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal	(201.734)	(183.964)
Tecnologia da informação	(22.687)	(20.627)
Sistema de bilhetagem eletrônica	(41.345)	(32.826)
Serviços de transporte	(9.562)	(9.236)
Materiais	(1.810)	(4.651)
Indenizações	(163.740)	(182.961)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Depreciação/amortização	(11.803)	(12.822)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	101.252	38.547
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(4.222)	(6.383)
Estimativa par perdas com ativos financeiros	(9.824)	(4.149)
Estudos e análises de viabilidade	(26.162)	(34.368)
Perdas com créditos	(5.405)	(3.387)
Gastos gerais	(11.672)	(14.689)
Outros	(15.896)	(15.383)
	(424.610)	(486.899)

A rubrica contábil “Outros” está sendo reapresentada para 2020, considerando a necessidade de sua maior abertura, conforme segue:

Despesas administrativas	Saldo em 31/12/2020	Reclassificações	Saldo em 31/12/2020 reapresentado
Estimativas para perdas com ativos financeiros	-	(4.149)	(4.149)
Estudos e análises de viabilidade	-	(34.368)	(34.368)
Perdas efetivas com créditos financeiros	-	(3.387)	(3.387)
Outros	(57.287)	41.904	(15.383)
	(57.287)	-	(57.287)

29. Despesas por natureza

	2021	2020
Pessoal	(1.119.637)	(1.035.627)
Energia elétrica de tração	(242.332)	(222.542)
Vigilância	(272.442)	(260.345)
Limpeza e conservação	(95.678)	(100.682)
Manutenção	(469.997)	(470.534)
Tecnologia da informação	(22.687)	(20.627)
Sistema de bilhetagem eletrônica	(41.345)	(32.826)
Serviços de transporte	(31.380)	(30.404)
Materiais	(82.457)	(68.264)
Indenizações	(163.740)	(182.961)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)**

Depreciação/amortização	(315.065)	(305.395)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	101.252	38.547
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(12.420)	(9.148)
Serviços técnicos	(19.181)	(10.844)
Estimativa para perda com ativos financeiros	(9.824)	(4.149)
Estudos e análises de viabilidade	(26.162)	(34.368)
Perdas com créditos	(5.405)	(3.387)
Gastos gerais	(11.672)	(14.689)
Outros	(70.527)	(66.117)
	(2.910.699)	(2.834.362)

30. Outras receitas (despesas) líquidas

	2021	2020
Perdas decorrentes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica	(259.791)	(182.972)
Baixas patrimoniais	(343)	(9.439)
Receitas eventuais ¹	73.174	84.488
Entradas de sucatas e inservíveis em estoque	2.631	2.868
Outras	(4.127)	(1.909)
	(188.456)	(106.964)

¹Em 2021, destacamos os reembolsos efetuados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referentes às ações judiciais trabalhistas de complementação de aposentadoria dos ex-empregados da FEPASA, de R\$ 64.492 (em 2020 R\$ 73.423), nos termos do Parecer CJ/SF. 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de acordo com a nota explicativa 21 - Provisões para riscos trabalhistas e cíveis.

31. Receitas (despesas) financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
- Rendimentos de aplicações e fundos	2.100	5.502
- Atualização monetária e cambial ativa	32.430	19.468
- Multas	1.474	2.013
- Outras	559	258

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	36.563	27.241
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(1.292)	-
	35.271	27.241
(-) Despesas financeiras		
- Atualização monetária e cambial passiva	(13.510)	(7.680)
- Juros incorridos e atualização monetária s/ arrendamento financeiro	(106.016)	(100.747)
- Juros incorridos s/ passivo atuarial - benefícios a empregados	(43.102)	(66.094)
- Juros s/ demais compromissos	(11.478)	(7.156)
- Outras	(194)	(16)
	(174.300)	(181.693)
Resultado financeiro	(139.029)	(154.452)

32. Imposto de renda e contribuição social diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social

- Composição dos impostos diferidos:

	2021	2020
Ativo de imposto diferido:		
- Prejuízos fiscais	4.595	9.230
Passivo de imposto diferido:		
- Reserva de reavaliação	(4.595)	(9.230)
Imposto diferido (líquido)	-	-

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

- **Movimentação do período:**

	Prejuízos fiscais	Reserva de reavaliação
Ativo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2020	206.816	-
Debitado ao resultado	(4.595)	-
Em 31 de dezembro de 2021	202.221	-
Passivo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2020	-	206.816
Creditado ao resultado	-	(4.595)
Em 31 de dezembro de 2021	-	202.221

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Referido pronunciamento técnico determina que, quando a entidade tem um histórico de perdas recentes, ela deve reconhecer ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis (passivos de impostos diferidos) suficientes. Nesse sentido, o reconhecimento dos ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram limitados ao valor dos passivos de impostos diferidos da Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

33. Partes relacionadas

Ativos		2021			2020		
Entidades	Natureza da transação	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Metrô	Convênio operacional ¹	15	-	15	-	-	-
Metrô	Cessão de empregados	170	-	170	69	-	69
EMTU	Cessão de empregados	68	-	68	26	-	26
Prefeitura de Jundiaí	Cessão de empregados	-	271	271	-	271	271
(-) Estimativa de perda	Cessão de empregados	-	(271)	(271)	-	(271)	(271)
Prefeitura de Sorocaba	Cessão de empregados	-	96	96	-	96	96
(-) Estimativa de perda	Cessão de empregados	-	(96)	(96)	-	(96)	(96)
		253	-	253	95	-	95
Passivos		2021			2020		
Entidades	Natureza da transação	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Metrô	Convênio operacional ¹	19	-	19	2	-	2
Metrô	Cessão de empregados	740	-	740	587	-	587
Ministério da Economia	Cessão de empregados	-	-	-	13	-	13
Fundação REFER ²	Previdência suplementar	444	-	444	559	-	559
Notre Dame/ Intermédica ²	Saúde e odontológico	10.962	-	10.962	11.357	-	11.357
SSP/SP	Termo de cooperação ³	-	-	-	974	-	974
		12.165	-	12.165	13.492	-	13.492

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

¹Convênio de cooperação e integração técnico-científica e operacional entre a CPTM e o Metrô, com objetivo de promover ações conjuntas e/ou recíprocas para a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como, transferência de tecnologia e de materiais ou equipamentos de uso comum ou de interesse específico, visando o pleno atendimento do objeto social de cada uma das partícipes para desenvolvimento e racionalização dos sistemas de transporte público.

²Para estes passivos estão consideradas as obrigações da parte patrocinadora e da parte subsidiada pela Companhia, respectivamente para os planos previdenciário e de saúde/odontológico.

³Termo de cooperação entre a CPTM e a Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, objetivando a conjunção de esforços e a cooperação mútua, com a finalidade de utilização de policiais militares complementando as ações das equipes próprias e terceirizadas, na segurança das estações e interior dos trens, mediante o pagamento de diária especial por jornada extraordinária de trabalho policial militar – DEJEM.

Efeitos no resultado:

Natureza da transação	2021				2020			
	Receitas	Custos/despesas	Ressarcimento de despesa	Total	Receitas	Custos/despesas	Ressarcimento de despesa	Total
Cessão de empregados	-	(7.319)	1.017	(6.302)	-	(5.973)	807	(5.166)
Indenizações reembolsadas	-	-	64.492	64.492	-	-	73.423	73.423
Convênio operacional	-	(18.624)	40	(18.584)	-	(22.989)	-	(22.989)
Benefícios a empregados	-	(69.514)	-	(69.514)	-	(71.029)	-	(71.029)
Subvenção para custeio	1.309.653	-	-	1.309.653	919.289	-	-	919.289
	1.309.653	(95.457)	65.549	1.279.745	919.289	(99.991)	74.230	893.528

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2021 está em consonância aos termos da Deliberação CODEC nº 01 de 29/04/2019, emitida com fulcro no estabelecido no artigo 5º, II, do Decreto Estadual nº 55.870/2010, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos conselhos de administração e fiscal e dos comitês das empresas controladas pelo Estado, conforme segue:

- I- dos diretores, em R\$ 21.939,31 (vinte e um mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos); e
- II- dos membros do Comitê de Auditoria, em R\$ 10.747,49 (dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

Nestas condições, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi promovida a seguinte distribuição aos administradores:

Descrição	2021	2020
Honorários	3.554	3.676
	3.554	3.676

Os benefícios de curto prazo aos administradores estão representados basicamente por ordenados.

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

34 Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Exposição Máxima ao Risco de Crédito

Ativos financeiros	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	104.039	47.046
Clientes e outros recebíveis	43.092	36.396
Outros créditos	4.446	5.491
	151.577	88.933

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa pública dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Neste sentido, a empresa é subvencionada pela Fazenda do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

PASSIVOS FINANCEIROS E OS SEUS VENCIMENTOS CONTRATUAIS:

Passivos financeiros	Vencidos	Até 30 dias	Vincendos			Total
			De 31 a 90 dias	De 91 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Fornecedores	26.549	150.119	162.178	-	-	338.846
Garantias Contratuais ¹	-	-	276	1.114	244	1.634
Parcelamentos/Acordos	-	9.466	8.759	5.686	-	23.911
Contas a pagar	-	1.561	-	84.413	935	86.909
	26.549	161.146	171.213	91.213	1.179	451.300

¹Em 31 de dezembro de 2021, as garantias reais existentes vinculam-se a fornecimentos/prestação de serviços bem como a cessão de espaço para fins de exploração comercial, com o objetivo de promover ressarcimentos e indenizações devidos à Companhia, em situações que assim o demandar.

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (R\$). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

35 Instrumentos financeiros

Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efetivos no resultado.

Clientes e outros recebíveis e outros créditos: classificados na categoria de custo amortizado e mensurados a posterior pelo método da taxa efetiva de juros.

Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados na categoria de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)**

	2021			2020		
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	104.039		104.039	47.046		47.046
Clientes e outros recebíveis		43.092	43.092		36.396	36.396
Outros créditos		4.446	4.446		5.491	5.491
Passivos						
Fornecedores		338.846	338.846		338.565	338.565
Garantias contratuais		1.634	1.634		1.962	1.962
Parcelamentos/Acordos		23.911	23.911		25.004	25.004
Contas a pagar		86.909	86.909		76.553	76.553

As operações da Companhia estão sujeitas ao risco de crédito em decorrência da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes com acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações preponderantemente com instituições públicas, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados em Nível 1, haja vista que determinado com base em cotações públicas em mercados ativos.

Descrição	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	104.039	-	-	47.046	-	-
Total	104.039	-	-	47.046	-	-

Devido às características dos ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado, a administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

36 Eventos subsequentes

Em 22/01/2022, a Resolução STM 03/2022, autorizou a CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A. a realizar a operação do trecho entre as Estações Júlio Prestes e Amador Bueno da Linha 8–Diamante, e do trecho entre as Estações Osasco e Mendes – Vila Natal da Linha 9-Esmeralda, a partir de 27/01/2022, a qual efetivou-se, concluindo-se o processo de transição e passando a operação das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda a ser responsabilidade da concessionária.

* * *



Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Composição da Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Pedro Tegon Moro

Diretora Administrativa e Financeira

Gilsa Eva de Souza Costa

Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente

Marcelo José Brandão Machado

Diretor de Operação e Manutenção

Luiz Eduardo Argenton

Diretor de Planejamento e Novos Negócios

Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira

Contadora responsável

Marlí Cândido Dutra

CRC.CT.1SP-131206/O-7

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais previstas no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Contábeis - 2021") e do Relatório dos Auditores Independentes da Mazars Auditores Independentes SS, emitido com ressalvas, tratada na *"Nota Explicativa nº 14.4, sobre a utilização pela Companhia de 73 trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), sem o registro contábil desses trens e peças nas demonstrações contábeis da Companhia"*, e os membros do Comitê, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomendam ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

São Paulo, 16 de março de 2022

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora do Comitê de Auditoria

SILVERIO CRESTANA
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 345ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de março de 2022, às 9h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração do resultado abrangente, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pela Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2021.

Com fundamento nas respectivas análises e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da Administração, bem como às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2021, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se o parágrafo de ressalva constante do referido Parecer da Auditoria Independente.

SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho

PEDRO TEGON MORO
Conselheiro

ANDREA MARIA RAMOS LEONEL
Conselheiro

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Conselheiro

NICOLAU DE TOLENTINO ELIAS
Conselheira

ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE
Conselheiro

ADAILTON FERREIRA TRINDADE
Conselheiro

CARLOS PEDRO JENS
Conselheiro

DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiro

BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO
GONÇALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro

ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, cumprindo as determinações legais, na Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de março de 2022, às 14h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangente, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2021.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base no Relatório da Auditoria Independente, datado de 15/03/2022, considerando a Manifestação o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – 2021, datada de 16/03/2022 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 21/03/2022, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se a ressalva constante do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionada à Nota Explicativa nº 14.4 – “Imobilizado” - *sobre a utilização pela Companhia de 73 trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), sem o registro contábil desses trens e peças nas demonstrações contábeis da Companhia*”, e os membros do Comitê, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomendam ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA
Conselheiro

VERA HELENA VILLAÇA
Conselheira

JOSÉ LUIZ GAVINELLI
Conselheiro

LAÉRCIO PAULINO DOS SANTOS
Conselheiro

ROBERTA MOREIRA DA C. BERNARDI
PEREIRA
Conselheira



www.cptm.sp.gov.br



| Secretaria de Transportes Metropolitanos